
Relatório de Gestão Consolidado

2017

Universidade da Madeira
Serviços de Ação Social da UMa

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| I. Enquadramento | 2 |
| 1.1. Criação..... | 2 |
| 1.2. Missão e linhas de referência para o desenvolvimento da UMa | 2 |
| 1.3. Modelo de organização..... | 2 |
| 1.3.1. Unidades orgânicas | 3 |
| 1.3.2. Projetos e outras estruturas de investigação e inovação..... | 3 |
| 1.3.3. Conselhos Pedagógicos Universitário e Politécnico | 3 |
| 1.3.4. Unidades Funcionais | 4 |
| 1.3.5. Órgãos da Universidade | 4 |
| 1.3.6. Recursos Humanos..... | 5 |
| II. Serviços de Acção Social da Universidade da Madeira | 6 |
| 2.1. Caracterização | 6 |
| 2.2. Recursos Humanos afetos aos SASUMa..... | 7 |
| III. Atividades da UMa | 8 |
| 3.1. Formação e Ensino | 8 |
| 3.1.1. Cursos, Estudantes, Diplomados..... | 8 |
| 3.2. Investigação | 10 |
| 3.2.1. As Unidades de Investigação | 10 |
| 3.2.2. Participação em Projetos de Investigação | 10 |
| 3.3. Internacionalização e Cooperação | 11 |
| 3.3.1. Incentivo à mobilidade | 11 |
| 3.3.2. A Cooperação na UMa..... | 11 |
| 3.4. Acreditação e Avaliação | 12 |
| IV. Análise orçamental, tesouraria, económica e financeira | 13 |
| 4.1. Análise orçamental | 13 |
| 4.1.1. Receita..... | 13 |
| 4.1.2. Despesa..... | 14 |
| 4.2. Análise de tesouraria | 14 |
| 4.3. Balanço consolidado | 15 |
| 4.4. Demonstração de resultados consolidada | 15 |
| 4.5. Indicadores | 16 |
| V. Conclusões..... | 18 |

I. Enquadramento

1.1. Criação

A Universidade da Madeira (UMa) é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, cultural, científica, pedagógica, patrimonial, administrativa, financeira e disciplinar. A Universidade da Madeira foi criada pelo Decreto-Lei n.º 319-A/88, de 13 de setembro, tendo os seus primeiros estatutos sido homologados a 13 de maio de 1996.

1.2. Missão e linhas de referência para o desenvolvimento da UMa

○ Missão

Nos termos dos Estatutos da UMa, aprovados pelo Despacho Normativo nº 53/2008, de 17 de outubro e alterado pelo Despacho Normativo nº 14/2015 de 09 de julho, a UMa goza da liberdade de definição dos seus objetivos e programas de ensino e de investigação e é um centro de criação, transmissão, crítica e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, ao serviço do Homem, com o escrupuloso respeito pelos seus direitos fundamentais.

○ Linhas de referência para o desenvolvimento da UMa

As linhas de referência para o desenvolvimento da Universidade da Madeira encontram-se definidas no documento sobre a Reforma do Ensino Superior e suas implicações na UMa, e assentam em duas vertentes fundamentais: a sua afirmação no todo nacional e internacional, tirando também partido do seu posicionamento no Arquipélago da Madeira; e a sua capacidade de se constituir como um dos motores do desenvolvimento da Região.

Para o ano de 2017 foram definidos os seguintes eixos estratégicos:

- 1: Ensino, oferta formativa e apoio aos alunos;
- 2: Investigação e valorização do conhecimento, internacionalização e desenvolvimento da RAM;
- 3: Governação, comunicação e qualidade, sustentabilidade financeira e recursos humanos e físicos.

1.3. Modelo de organização

Nos termos dos novos Estatutos da UMa, é adotado um modelo assente nas suas unidades orgânicas de ensino e investigação. As unidades orgânicas interagem entre si e com os centros de investigação e institutos de inovação para a realização de projetos de educação, investigação e prestação de serviços. A par dos órgãos de governo da Universidade, Conselho Geral, Reitor e Conselho de Gestão, é mantido um Senado, como órgão de consulta, de forma a envolver ativamente todos os corpos na vida da Instituição. A participação dos estudantes no ensino concretiza-se nos conselhos de curso e nos conselhos pedagógicos. São criados os conselhos pedagógicos, universitário e politécnico, da Universidade, agrupando os conselhos pedagógicos das unidades orgânicas do respetivo sistema de ensino, de modo a uniformizar critérios, regulamentos e procedimentos, e atuar ao nível macro.

1.3.1. Unidades orgânicas

As unidades orgânicas são unidades de ensino e investigação que gozam de autonomia científica e pedagógica.

A Universidade da Madeira integra as seguintes unidades orgânicas:

- Faculdade de Artes e Humanidades;
- Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia;
- Faculdade de Ciências Sociais;
- Faculdade de Ciências da Vida;
- Escola Superior de Saúde;
- Escola Superior de Tecnologias e Gestão.

1.3.2. Projetos e outras estruturas de investigação e inovação

Os projetos e outras estruturas de investigação e inovação assumem as seguintes formas:

- Institutos de Inovação;
- Projetos.

1.3.2.1. Institutos de Inovação

Os Institutos de Inovação são organismos horizontais identificados com áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento da Universidade e da sua relação com a sociedade, tipicamente multidisciplinar, e que visam dar resposta a desafios científicos e tecnológicos de potencial interesse económico, suscetíveis de gerar soluções inovadoras com impacto importante na competitividade.

1.3.2.2. Projetos

Os Projetos constituem atividades de formação, não afetas a uma unidade orgânica, de investigação ou de serviço especializado, que vise a realização dos fins próprios da Universidade. Consoante o seu objetivo principal, os projetos podem assumir uma das seguintes denominações:

- Projetos de formação;
- Projetos de investigação;
- Projetos de prestação de serviços.

1.3.3. Conselhos Pedagógicos Universitário e Politécnico

Os Conselhos Pedagógicos Universitário e Politécnico da Universidade da Madeira, criados ao abrigo do nº 2 do artigo 80º da Lei nº 62/2007, têm como objetivos fundamentais uniformizar critérios, regulamentos e procedimentos no que concerne, respetivamente, aos ciclos de estudo de ensino universitário e aos ciclos de estudo de ensino politécnico, tomando diretamente decisões, ao nível institucional, sempre que se tratar de problemas genéricos e não específicos a um determinado ciclo de estudos.

1.3.4. Unidades Funcionais

As unidades funcionais da Universidade compreendem as unidades de apoio à Reitoria e as unidades gerais, comuns a toda a Universidade.

a) Unidades de Apoio à Reitoria:

- Assessoria Jurídica;
- Gabinete de Apoio à Reitoria;
- Gabinete de Controlo da Qualidade;
- Gabinete de Imagem e Relações Públicas;
- Secretariado Externo.

b) Unidades Gerais:

- i. Direção de Serviços Financeiros e Patrimoniais, constituída por:
 - Unidade de Aprovisionamento e Património;
 - Unidade Económica e Financeira.
- ii. Direção de Serviços de Infraestruturas e Equipamentos, constituída por:
 - Unidade de Equipamentos e Recursos Físicos.
 - Unidade de Infraestruturas e Instalações;
- iii. Arquivo.
- iv. Biblioteca.
- v. Unidade de Assuntos Académicos, constituída por:
 - Gabinete de Gestão Académica;
 - Gabinete de Apoio ao Estudante.
- vi. Unidade de Comunicações e Informática, constituída por:
 - Gabinete de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas;
 - Gabinete de Redes e Sistemas Informáticos.
- vii. Unidade de Projetos e Cooperação.
- viii. Unidade de Recursos Humanos.

1.3.5. Órgãos da Universidade

A Universidade é composta pelos seguintes órgãos de governo:

- Conselho Geral;
- Reitor;
- Conselho de Gestão,

e pelo órgão consultivo:

- Senado.

1.3.6. Recursos Humanos

1.3.6.1. Pessoal docente – ETI

Na Tabela 1 indica-se a distribuição por categorias dos docentes ETI suportados financeiramente pela UMA (não considerando, nomeadamente, docentes em regime de mobilidade não suportados pela UMA, licenças sem vencimento ou docentes em regime *pro bono*).

| CATEGORIA | 2016 | 2017 |
|---|--------------|--------------|
| Leitor | 1 | 1 |
| Assistente/Assistente 2º triénio | 22,9 | 27,35 |
| Professor Auxiliar/Professor Adjunto | 145,2 | 151,4 |
| Professor Associado/Professor Coordenador | 20,15 | 20,15 |
| Professor Catedrático | 7,8 | 8,3 |
| Investigador Auxiliar | 0 | 0 |
| Investigador Coordenador | 0 | 0 |
| Professor do Ensino Básico (requisições) | 1 | 1 |
| Total | 198,1 | 209,2 |

Tabela 1: Distribuição do pessoal docente por categoria.

1.3.6.2. Pessoal não docente

| CATEGORIA | 2016 | 2017 |
|---|------------|------------|
| Administrador | 1 | 1 |
| Dirigente intermédio 1º grau (Diretores de Serviço) | 3 | 3 |
| Dirigente intermédio de 2º grau (Chefe de Divisão) | 5 | 5 |
| Dirigente intermédio de 3º grau | 0 | 0 |
| Dirigente intermédio de 4º grau | 1 | 0 |
| Técnicos Superiores | 34 | 34 |
| Assistentes Técnicos/Coordenador Técnico | 40 | 40 |
| Assistentes Operacionais/Coordenador Técnico | 34 | 33 |
| Especialistas de Informática | 6 | 6 |
| Técnicos de Informática | 5 | 5 |
| Total | 129 | 127 |

Tabela 2: Distribuição do pessoal não docente por categoria.

II. Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira

2.1. Caracterização

A execução da política de Ação Social, no âmbito das Instituições de Ensino Superior, é desenvolvida por unidades orgânicas com autonomia administrativa, financeira e patrimonial integrada nessas instituições, designadas por Serviços de Ação Social (SAS).

Os SAS da Universidade da Madeira foram criados nos termos da Lei n.º 108/88 de 24 de setembro e do Decreto-Lei n.º 129/93 de 22 de abril.

Por deliberação do Conselho Geral da Universidade da Madeira, reunido em 29 de abril de 2011, foi aprovado o Regulamento Interno dos Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº109 de 06 de junho de 2011.

Nos termos do nº 1 do artigo 2º daquele diploma legal, os SASUMA têm como missão “Proporcionar aos estudantes da UMA, serviços e apoios de qualidade, justos, solidários, transparentes e equilibrados, com vista às melhores condições de integração e sucesso escolar, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso e frequência no Ensino Superior.”

No âmbito das atribuições dos Serviços de Ação Social da UMA, compete-lhes atribuir bolsas de estudo, promover o acesso à alimentação, ao alojamento, à saúde e ao bem-estar da comunidade, promover e apoiar atividades sócio-desportivas e culturais, conceder auxílios de emergência e desenvolver outras atividades que, pela sua natureza, se enquadrem nos fins da ação social escolar.

Para desenvolver as suas funções, os SASUMA tem uma estrutura organizacional composta por cinco áreas:

- Gabinete Administrativo e Financeiro (GAF)
- Gabinete Alimentar (GA)
- Gabinete de Apoio Social (GAS)
- Gabinete Técnico (AT)
- Secretariado

O Gabinete Administrativo e Financeiro integra as áreas de Contabilidade (art. 14º do Regulamento Interno dos SASUMA), Orçamento e Conta (art.15º do Regulamento Interno dos SASUMA), Economato e Aprovisionamento (art. 16º do Regulamento Interno dos SASUMA), Tesouraria (art. 17º do Regulamento Interno dos SASUMA), Património (art. 18º do Regulamento Interno dos SASUMA) e Recursos Humanos (art. 19º do Regulamento Interno dos SASUMA).

A este gabinete cabe-lhe essencialmente proceder aos registos e demais procedimentos contabilísticos (orçamental e patrimonial); gerir económica e eficientemente as mercadorias; garantir atempadamente os pagamentos a todos os fornecedores e credores; controlar os recebimentos e pagamentos, de forma a fazer uma gestão eficaz dos recursos que lhes estão afetos; e gerir os inventários dos SASUMA, os processos e a tramitação processual dos concursos, planos de formação, processamento de vencimentos, abonos, férias e demais incumbências previstas na lei.

O Gabinete Alimentar integra as áreas Alimentar (art. 20º do Regulamento Interno dos SASUMA), Segurança Alimentar e Nutrição (art. 21º do Regulamento Interno dos SASUMA) e Gestão de Stocks e Armazém (art. 22º do

Regulamento Interno dos SASUMa). Cabe-lhe os serviços de alimentação de toda a comunidade académica e outros eventos devidamente autorizados, assegurar o cumprimento de todos os requisitos definidos para a Segurança Alimentar de todos os processos produtivos da área Alimentar, bem como receber, manusear e entregar os bens e produtos necessários às áreas dos SASUMa.

O Gabinete de Apoio Social engloba as áreas de Bolsas (art. 23º do Regulamento Interno dos SASUMa), Alojamento (art. 24º do Regulamento Interno dos SASUMa) e Outros Apoios e Atividades (art. 25º do Regulamento Interno dos SASUMa). Este gabinete gere essencialmente os apoios sociais diretos, assegura à comunidade académica o acesso ao alojamento, gere a residência universitária, promove atividades culturais e desportivas, apoio clínico e empreendedorismo social.

Integram o Gabinete de Apoio Técnico as áreas de Auditoria Interna (art. 26º do Regulamento Interno dos SASUMa), Fiscalização e Manutenção (art. 27º do Regulamento Interno dos SASUMa), Qualidade (art. 28º do Regulamento Interno dos SASUMa) e Comunicações e Informática (art. 29º do Regulamento Interno dos SASUMa). Compete-lhe desenvolver ações de auditorias nas várias áreas, tendo em conta a economia, eficiência, eficácia e impacto ambiental; executar os planos anuais e plurianuais de manutenção preventiva e corretiva das instalações dos SASUMa; assegurar a atualização do sistema de gestão da qualidade; e gerir a informação no portal informativo e redes sociais, promovendo e divulgando as atividades no âmbito da Ação Social Escolar, integração académica, solidariedade e ações humanitárias

Finalmente, o Secretariado promove e divulga os eventos dos SASUMa, e organiza a agenda do Administrador, o expediente geral e a gestão documental, sendo as suas atribuições são diretamente dirigidas pelo Administrador dos SASUMa (art. 13º do Regulamento Interno dos SASUMa).

2.2. Recursos Humanos afetos aos SASUMa

| CATEGORIA | 2016 | 2017 |
|--|-----------|-----------|
| Administrador | 1 | 1 |
| Técnicos Superiores | 4 | 4 |
| Assistentes Técnicos/Coordenador Técnico | 8 | 8 |
| Assistentes Operacionais/ Encarregado de trabalhos | 34 | 34 |
| Total | 47 | 47 |

Tabela 3: Recursos humanos afetos aos SASUMa.

III. Atividades da UMa

3.1. Formação e Ensino

3.1.1. Cursos, Estudantes, Diplomados

A Universidade da Madeira confere, através das suas unidades orgânicas, os graus de licenciado, mestre e doutor, e o título de agregado, bem como o diploma de técnico superior profissional.

No ano letivo de 2017/2018, a Universidade da Madeira dispunha de 54 ciclos de estudos aprovados/acreditados, dos quais, 19 primeiros ciclos, 20 segundos ciclos, 6 doutoramentos e 9 cursos técnicos superiores profissionais.

A Universidade ofereceu, ainda, duas pós-graduações em funcionamento, o mestrado profissional em Human Computer Interaction (diploma de estudos avançados) e a pós-graduação em Contabilidade e Fiscalidade.

3.1.1.1. Alunos inscritos por ano letivo

| TIPO DE CURSO | 2016/17 | 2017/18 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|
| 1º Ciclo + Ciclo básico da Medicina | 1936 | 1870 |
| 2º Ciclo | 623 | 520 |
| 3º Ciclo | 63 | 75 |
| CET + CTeSP | 127 | 152 |
| Diploma de Estudos Avançados | 30 | 13 |
| Pós-Graduação (Bolonha) | 19 | 23 |
| Pós-Licenciatura especialização | 0 | 0 |
| Total | 2798 | 2653 |

Nota: Dados reportados ao RAIDES (relativos à data de 31 de dezembro). Não inclui alunos em mobilidade.
Tabela 4: Distribuição dos alunos por tipo de curso.

3.1.1.2. Ciclos de Estudos aprovados/acreditados em 2017/18

1.º Ciclo

- Artes Visuais
- Biologia
- Bioquímica
- Ciclo Básico do Mestrado Integrado em Medicina
- Ciências da Educação
- Comunicação, Cultura e Organizações
- Design
- Economia
- Educação Básica
- Educação Física e Desporto
- Enfermagem
- Engenharia Civil
- Engenharia Electrónica e Telecomunicações
- Engenharia Informática
- Estudos de Cultura
- Gestão

- Línguas e Relações Empresariais
- Matemática
- Psicologia

2.º Ciclo

- Atividade Física e Desporto
- Bioquímica Aplicada
- Ciências da Educação – Administração Educacional
- Ciências da Educação - Inovação Pedagógica
- Ciências da Educação - Supervisão Pedagógica
- Design de Media Interativos
- Design dos Espaços
- Ecoturismo
- Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico
- Engenharia Civil
- Engenharia Eletrotécnica – Telecomunicações.
- Engenharia Informática
- Ensino da Matemática no 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário
- Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário
- Estudos Regionais e Locais
- Gestão Cultural
- Linguística: Sociedades e Culturas
- Matemática, Estatística e Aplicações
- Nanoquímica e Nanomateriais
- Psicologia da Educação

3º Ciclo

- Automação e Instrumentação
- Ciências Biológicas
- Engenharia Informática
- Física
- Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico Institucional
- Química

Curso Técnico Superior Profissional

- Agricultura Biológica
- Contabilidade e Fiscalidade
- Cozinha e Produção Alimentar
- Gestão Energética e Ambiental
- Guias da Natureza
- Reabilitação Energética e Reabilitação de Edifícios
- Redes e Sistemas Informáticos
- Sistemas Eletrónicos e Instalações Elétricas
- Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação

3.2. Investigação

3.2.1. As Unidades de Investigação

A Universidade da Madeira tem contribuído para a produção e divulgação do conhecimento científico através das suas Unidades de investigação.

No ano de 2017, funcionaram na UMa as seguintes unidades de investigação, reconhecidas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT):

Centros de Investigação FCT:

- Centro de Investigação em Educação – CIE;
- Centro de Química da Madeira – CQM;
- Madeira Interactive Technologies Institute – M-ITI.

Centros de Investigação FCT Partilhados:

- Centros de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico – CEEApIA (UAçores/UMa)
- Centro de Investigação em Desporto, Ciências da Saúde e Desenvolvimento Humano – CIDESD (UMa/UÉvora/UBI/UTAD/ISMAI/IPBragança/IPSantarém);
- Centro de Investigação em Matemática e Aplicações – CIMA (UMa/UÉvora);
- Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde – CINTESIS (UP/UNL/UA/UAlg/UMa/ESEP);
- Institute for Plasmas and Nuclear Fusion – IPNF (IST/UMa).

3.2.2. Participação em Projetos de Investigação

3.2.2.1. Projetos de investigação ou investimento

No período de 2017, a UMa tem em curso diversos projetos que foram objeto de financiamento através dos programas de cooperação das zonas do espaço da Macaronésia e espaço Atlântico - Interreg MAC 2014-2020 e Interreg Área Atlântica, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, da Comissão Europeia e do desenvolvimento estratégico da Região Autónoma da Madeira - Madeira 14-20.

| Programas | Comparticipação orçamentada (CO) 31/12/2016 | Comparticipação de despesas realizadas (CD) 2016 | Comparticipação orçamentada (CO) 31/12/2017 | Variação CO % | Comparticipação de despesas realizadas (CD) 2017 | Variação Despesa % |
|----------------------------|--|---|--|---------------------|---|--------------------------|
| INTERREG III/MAC | 724 660,86 | 0,00 | 1 434 475,41 | 98,0 | 227 335,79 | |
| FCT | 1 932 750,06 | 176 605,04 | 1 199,978,10 | -37,9 | 267 148,91 | 51,3 |
| Comissão Europeia | 338 454,87 | 46 039,75 | 439 575,87 | 29,9 | 7 585,53 | -83,5 |
| Madeira 14-20 - FEDER | 0,00 | 0,00 | 2 018 262,36 | | 195 022,47 | |
| Madeira 14-20 - FSE | 973 627,33 | 173 564,44 | 1 060 942,45 | 216,3 | 299 349,24 | 184,8 |
| +Conhecimento / PROCiência | 601 773,19 | 16 117,54 | 868 191,23 | 44,3 | 179 694,93 | 1014,9 |
| ERASMUS+ | 613 921,00 | 164 595,91 | 689 966,00 | 12,4 | 183 390,35 | 11,4 |
| Outros | 417 805,33 | 10 255,00 | 465 804,53 | 11,5 | 81 604,50 | 695,8 |
| Total | 5 602 992,63 | 587 177,68 | 8 177 195,95 | 45,9 | 1 441 131,72 | 145,4 |

Tabela 5: Comparticipação dos projetos por programa.

3.3. Internacionalização e Cooperação

3.3.1. Incentivo à mobilidade

A Instituição procura incentivar professores, investigadores, pessoal não docente e alunos para a mobilidade entre instituições do ensino superior e entidades empregadoras para o desenvolvimento dos seus estudos, investigação, cooperação e estágios profissionais, recorrendo a programas de financiamento que apoiam a mobilidade na Europa e na América Latina.

| | Enviados 2016 | Recebidos 2016 | Total 2016 | Enviados 2017 | Recebidos 2017 | Total 2017 |
|--------------------------|------------------|-------------------|---------------|------------------|-------------------|---------------|
| Estudantes Erasmus | 33 | 60 | 93 | 34 | 75 | 109 |
| Estágios Erasmus | 13 | 1 | 14 | 15 | 2 | 17 |
| Docentes Erasmus | 7 | 25 | 32 | 5 | 20 | 25 |
| Programa Vasco da Gama | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Programa Almeida Garrett | 2 | 6 | 8 | 0 | 2 | 2 |
| Bolsas Iberoamericanas | 5 | 5 | 10 | 3 | 3 | 6 |
| Total | 60 | 99 | 159 | 57 | 102 | 159 |

Tabela 6: Distribuição do pessoal docente, não docente e alunos por programa de mobilidade, em 2016 e 2017.

3.3.2. A Cooperação na UMa

Desde a sua criação, a UMa estabelece acordos, convénios e protocolos com outras Instituições do Ensino Superior e entidades públicas e privadas. Em 2016 celebraram-se 60 novas parcerias, enquanto em 2017 celebraram-se 74 novas parcerias com empresas, instituições de ensino superior ou de ciência e tecnologia, entidades públicas, associações empresariais e outras entidades.

| | Protocolo/ Memorando Entendimento | Contratos | Adenda | Anexo Técnico | Termo Aditivo | Acordo de Estágio | Total |
|--------------------------------------|---|-----------|----------|------------------|------------------|----------------------|-----------|
| UMa / Ensino Superior / C&T | 5 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 8 |
| UMa / Entidades Públicas | 14 | 0 | 2 | 0 | 0 | 14 | 30 |
| UMa / Empresas | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 4 | 8 |
| UMa / Associações e Outras Entidades | 7 | 0 | 0 | 3 | 0 | 4 | 14 |
| Total | 28 | 3 | 3 | 3 | 1 | 22 | 60 |

Tabela 7. Distribuição das parcerias estabelecidas por tipo de acordo, em 2016.

| | Protocolo/ Memorando Entendimento | Contratos | Adenda | Anexo Técnico | Termo Aditivo | Acordo de Estágio | Total |
|--------------------------------------|---|-----------|----------|------------------|------------------|----------------------|-----------|
| UMa / Ensino Superior / C&T | 8 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 11 |
| UMa / Entidades Públicas | 6 | 0 | 1 | 2 | 0 | 10 | 19 |
| UMa / Empresas | 16 | 0 | 0 | 4 | 0 | 12 | 32 |
| UMa / Associações e Outras Entidades | 9 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 12 |
| Total | 39 | 0 | 1 | 9 | 1 | 24 | 74 |

Tabela 8. Distribuição das parcerias estabelecidas por tipo de acordo, em 2017.

3.4. Acreditação e Avaliação

Ao longo do ano de 2017, no âmbito da Acreditação e Avaliação dos ciclos de estudos pela Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior, a Universidade da Madeira apresentou cinco propostas de novos ciclos de estudos, quatro dos quais já acreditados, três pronúncias, três relatórios follow-up e um relatório institucional, e acompanhou a visita institucional da Comissão de Avaliação Externa, conforme ilustrado nas Tabelas 8 e seguintes.

| CICLO DE ESTUDO | DESIGNAÇÃO DO CURSO |
|-----------------|---|
| 1º CICLO | Direção e Gestão Hoteleira - acreditado |
| 2º CICLO | Estudos em Enfermagem (em associação com a Universidade de Évora e os Institutos Superiores Politécnicos de Setúbal, Castelo Branco, Beja e Portalegre) - acreditado |
| 3º CICLO | Literaturas e Culturas Insulares (em associação com a Universidade dos Açores) - acreditado |
| | Representação de Conhecimento e Inferência |
| | Currículo e Inovação Pedagógica - acreditado |

Tabela 9. Propostas de Novos Ciclos de Estudos (NCE) submetidos à A3ES em 2017.

| CICLO DE ESTUDO | DESIGNAÇÃO DO CURSO |
|-----------------|--------------------------|
| 1.º CICLO | Artes Visuais |
| 2.º CICLO | Design Media Interativos |
| 3.º CICLO | Ciências da Educação |

Tabela 10. Pronúncias submetidas à A3ES em 2017.

| CICLO DE ESTUDO | DESIGNAÇÃO DO CURSO |
|-----------------|--|
| 2º CICLO | Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica |
| | Linguística: Sociedades e Culturas (anterior Estudos Linguísticos e Culturais) |
| | Design dos Espaços |

Tabela 11. Relatórios follow-up solicitados pela A3ES em 2017 – período de acreditação condicional.

Na sequência de recomendações emitidas pela A3ES ou por iniciativa das Faculdades, a Universidade da Madeira procedeu a alterações de sete ciclos de estudos, que comunicou à Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), conforme se discrimina na Tabela 12.

| CICLO DE ESTUDO | DESIGNAÇÃO DO CURSO | INICIATIVA |
|-----------------|--|-------------------------------------|
| 1º CICLO | Artes Visuais | Na sequência da avaliação pela A3ES |
| | Comunicação, Cultura e Organizações | Na sequência da avaliação pela A3ES |
| | Estudos de Cultura | Iniciativa das Faculdades/UMa |
| 2º CICLO | Ciências da Educação – Administração Educativa | Na sequência da avaliação pela A3ES |
| | Ciências da Educação – Inovação Pedagógica | Na sequência da avaliação pela A3ES |
| | Estudos Linguísticos e Culturais | Na sequência da avaliação pela A3ES |
| | Matemática Estatística e Aplicações | Iniciativa das Faculdades/UMa |

Tabela 12. Alterações de ciclos de estudo submetidos à DGES em 2017.

IV. Análise orçamental, tesouraria, económica e financeira

4.1. Análise orçamental

4.1.1. Receita

As fontes de financiamento que, no ano de 2017, garantiram o desenvolvimento das diversas atividades da Universidade da Madeira e dos Serviços de Ação Social da Universidade da Madeira foram o Orçamento do Estado, através da fonte de financiamento 311 – Orçamento do Estado (correspondente a 67% do total) e da fonte de financiamento 319 – Orçamento do Estado - Fundação para a Ciência e a Tecnologia ou outros serviços e fundos autónomos (correspondente a 1% do total), as Receitas Próprias através da fonte de financiamento 510 (correspondente a 28% do total) e os fundos da UE – Outros, através da fonte de financiamento 480 (correspondente a 4% do total). O Gráfico a seguir espelha esta distribuição.

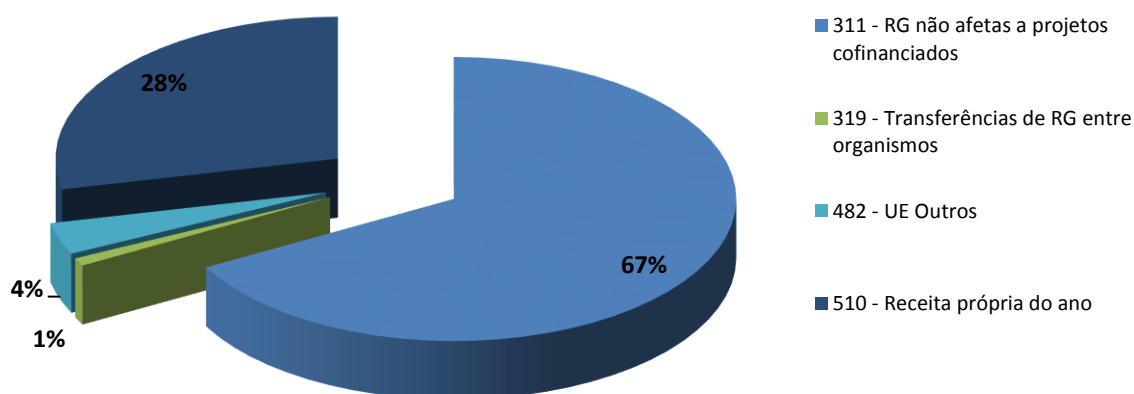


Gráfico 1: Receitas por fonte de financiamento, em 2017.

Em termos globais, as receitas corresponderam a 17 282 187,43 euros.

4.1.2. Despesa

O total das despesas foi de 18 355 920,65€, em que cerca de 80,89% se refere a despesas com pessoal.

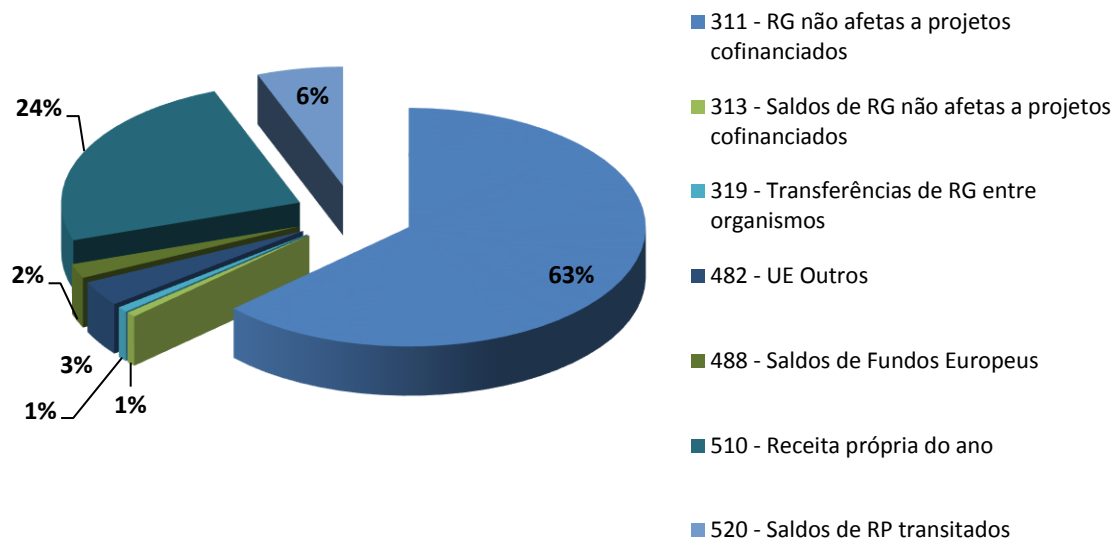


Gráfico 2: Despesas por fonte de financiamento, em 2017.

4.2. Análise de tesouraria

Recursos Financeiros

| Fonte de Financiamento | Orçamento Inicial | Receita Efetiva | Despesa Efetiva | Diferença | Grau Execução Receita* | Grau Execução Despesa* |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------------|------------------------|
| 311 - RG não afetas a projetos cofinanciados | 11 550 767 | 11 579 716 | 11 579 708 | 8 | 100,25% | 100,25% |
| 313 - Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados | 0 | | 123 033 | -123 033 | | |
| 319 - Transferências de RG entre organismos | 177 315 | 154 641 | 136 865 | 17 776 | 87,21% | 77,19% |
| 482 - UE Outros | 828 984 | 626 862 | 626 398 | 464 | 75,62% | 75,56% |
| 488 - Saldos de Fundos Europeus | | | 360 108 | -360 108 | | |
| 510 - Receita própria do ano | 5 018 026 | 4 920 968 | 4 458 654 | 462 314 | 98,07% | 88,85% |
| 520 - Saldos de RP transitados | 0 | | 1 071 154 | -1 071 154 | | |
| Total | 17 575 092 | 17 282 187 | 18 355 921 | -1 073 733 | 98,33% | 104,44% |

* Grau de execução sobre o orçamento inicial.

Tabela 13: Mapa de receita e despesa, em 2017.

Em termos de tesouraria, a receita é inferior e a despesa superior quando comparadas com o orçamento inicial total. De salientar que a fonte de Receitas Gerais do Estado teve um peso muito significativo no elevado nível de cobrança de receita e minimizou o baixo grau de execução da receita nas fontes 319 (Transferências de RG entre organismos) e 482 (UE Outros).

Apesar da diferença entre a receita e a despesa no ano de 2017, o princípio da regra do equilíbrio, conforme se encontra estabelecido no artigo 25.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, republicada através da Lei n.º 48/2004 de 24 de agosto, foi cumprido na medida em que o pagamento efetuado por conta da Caixa Geral de Aposentações foi superior a esta diferença.

| Fonte de Financiamento | Saldo Gerência Anterior | Saldo Gerência Seguinte | Diferença |
|---|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| 311 - Estado - RG não afetas a projetos cofinanciados | 97 143,16 | 97 150,72 | 7,56 |
| 313 - Estado - Saldos de RG não afetas a projetos cofinanciados | 752 405,52 | 629 372,76 | -123 032,76 |
| 319 - Estado - Transferências de RG entre organismos | | 17 776,16 | 17 776,16 |
| 482 - UE - Outros | | 464,42 | 464,42 |
| 488 - Saldos de Fundos Europeus | 1 249 296,40 | 889 188,01 | -360 108,39 |
| 510 - RP - Receita Própria do ano | | 462 313,68 | 462 313,68 |
| 520 - Saldos de RP transitados (A) | 2 390 050,18 | 1 318 896,29 | -1 071 153,89 |
| Saldo de Gerência Líquido | 4 488 895,26 | 3 415 162,04 | -1 073 733,22 |
| Operações de Tesouraria e Receita do Estado | -16 130,71 | -19 167,10 | -3 036,39 |
| Saldo de Gerência Total | 4 472 764,55 | 3 395 994,94 | -1 076 769,61 |

Tabela 14: Mapa de saldo de gerência, em 2017.

A receita efetiva com origem nas Receitas Gerais do Estado foi insuficiente para fazer face ao total de despesas com pessoal, o que obrigou a recorrer à Receita Própria de autofinanciamento para cobrir os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e com a Segurança Social e assegurar o pagamento das despesas de funcionamento através de autofinanciamento.

4.3. Balanço consolidado

Em 2017, o Ativo Líquido total ascendeu a 21 007 297,21 Euros, que comparativamente a 2016 representa um aumento de 16,05%.

Analisando as diferentes rubricas do ativo, verifica-se que esta variação resulta do aumento registado nas dívidas de terceiros a curto prazo relacionado com a aprovação de novos projetos.

Os Fundos Próprios diminuíram cerca de 10,75%, justificados pela diminuição dos resultados transitados e um resultado líquido do exercício negativo.

O total do Passivo ascende a 14 150 610,08 Euros e apresenta um aumento de 35,82% face a 2016, como resultado direto dos aumentos dos proveitos diferidos, relacionado com a aprovação de projetos, e o aumento das dívidas a terceiros.

4.4. Demonstração de resultados consolidada

No que respeita aos custos, estes ascendem a 17 997 357,62 para os quais contribuíram:

- 82,72 % - Custos com pessoal;
- 8,77 % - Fornecimentos e serviços externos;
- 2,79 % - Amortizações do exercício;
- 3,61 % - Outros custos operacionais;

- 2,11 % - Outros custos, nomeadamente os custos financeiros, os subsídios concedidos, os custos extraordinários, os custos das matérias consumidas e as provisões.

Em termos relativos os proveitos correspondem a 17 171 167,71 e encontram-se distribuídos pelas rubricas seguintes:

- 74,85 % - Transferências correntes;
- 16,93 % - Impostos, taxas e outros (propinas e emolumentos);
- 1,79% - Proveitos extraordinários;
- 5,62 % - Vendas e prestações de serviço;
- 0,03 % - Proveitos financeiros;
- 0,78 % - Outros proveitos, nomeadamente os proveitos suplementares e outros proveitos e ganhos operacionais.

| Resumo Líquido do Exercício | 2017 | 2016 |
|-----------------------------|-------------|---------------|
| | -826 189,88 | -1 376 318,03 |

Tabela 15: Resultado líquido do exercício de 2016 e de 2017.

O resultado líquido do exercício, embora negativo em 826 189,88 euros, representa uma melhoria de cerca de 500 mil euros em relação ao exercício de 2016, bem como ao exercício de 2015 (1 418 226,00 euros).

4.5. Indicadores

Na Tabela seguinte apresentam-se os rácios que poderão expressar a situação financeira a 31 de dezembro de 2017.

| | 2017 | 2016 |
|--|----------|----------|
| Custo | | |
| Custo com Pessoal / Custos Totais | 82,72% | 81,56% |
| Amortizações / Custos Totais | 2,79% | 3,14% |
| FSE / Custos Totais | 8,77% | 8,93% |
| Custos Totais/Alunos | 6 660,88 | 6 315,69 |
| Custos Pessoal/Alunos | 5 611,81 | 5 151,17 |
| Proveitos | | |
| Proveitos Correntes / Proveitos Totais | 98,21% | 97,79% |
| Vendas e Pres. Ser / Proveitos Correntes | 2,07% | 2,29% |
| Propinas/Alunos | 1 098,49 | 1 072,53 |
| Proveitos Totais/Aluno | 6 021,19 | 5 378,52 |
| Financiamento | | |
| Fin. OE/Fin. Total | 67,00% | 66,53% |
| Fin. OE/Aluno | 4 364,76 | 3 834,16 |
| Investimento | | |
| Investimento total / Imobilizado bruto | 1,92% | 0,41% |
| Subsídio Inv / Investimento Total | 66,51% | 8,43% |
| Investimento Total / Amortizações | 94,95% | 18,34% |

Tabela 16: Rácios custos, proveitos, financiamento e investimento, em 2017.

Os investimentos efetuados destinaram-se essencialmente à melhoria das condições científicas, técnicas, pedagógicas e físicas das Instituições, através da aquisição de equipamentos básicos, material diverso e material pedagógico para o ensino e investigação:

| Imobilizado | Valor | % |
|--------------------------------|-------------------|----------------|
| Edifícios e outras construções | 16 901,61 | 3,54% |
| Equipamento Básico | 394 913,09 | 82,82% |
| Ferramentas e utensílios | 1 128,79 | 0,24% |
| Equipamento Administrativo | 17 795,26 | 3,73% |
| Livros e Publicações | 9 434,89 | 1,98% |
| Outras Imob. Corpóreas | 7 668,39 | 1,61% |
| Software | 15 856,87 | 3,32% |
| Imobilizações em Curso | 13 138,55 | 2,76% |
| Total | 476 837,45 | 100,00% |

Tabela 17: Investimentos da Instituição, em 2017.

V. Conclusões

A gerência de 2017, à semelhança de anos anteriores, continuou a ser caracterizada por um enquadramento económico e financeiro muito exigente. No entanto é de registar a inversão na tendência de queda de proveitos de projetos, o que permitiu melhorar os resultados líquidos de -1,37 milhões de euros, em 2016, para – 826 mil euros, em 2017.

O exercício de 2017 é, uma vez mais, marcado pelo aumento dos custos com pessoal, em parte ainda, como consequência do efeito da reversão da redução remuneratória do salário dos funcionários públicos, que ocorreu em 2016 e cujo aumento do custo foi gradual, de acordo com as percentagens de reversão. Em 2017, o aumento dos custos refere-se às partes não repostas ao longo do ano anterior, obtendo-se, assim, o custo da reversão a 100%, a que acresceu o aumento do salário mínimo, do subsídio de alimentação e dos pagamentos decorrentes das agregações.

Uma outra parte do aumento dos custos com pessoal resulta de exigências de contratação em áreas científicas específicas, por força do requisito da acreditação de cursos pela A3ES, da necessidade de substituição de docentes e funcionários, com baixas médicas e situações afins, com enquadramento legal, mas não cobertas pela Caixa Geral de Aposentações, bem como da contratação de pessoal para lecionação na Escola Superior de Tecnologias e Gestão (ESTG).

Note-se que o aumento dos custos com a ESTG, nomeadamente no âmbito da lecionação de cursos técnicos superiores profissionais, resulta de um eixo prioritário da estratégia da Universidade da Madeira, do Governo Regional e da Tutela, que visa o desenvolvimento de cursos politécnicos na Região Autónoma da Madeira. Saliente-se que está aprovado o financiamento destes cursos por fundos europeus, embora a UMa apenas tenha recebido, até ao momento, uma parte reduzida. Refira-se ainda que, de acordo com as disposições legais em vigor, os alunos destes ciclos de estudos deverão ser contabilizados no financiamento das Instituições de Ensino Superior.

Comparativamente com 2016, os proveitos totais da Universidade da Madeira cresceram 925 mil euros. Os proveitos provenientes do Orçamento do Estado aumentaram 352 mil euros. O conjunto dos outros proveitos da Universidade cresceu 573 mil euros: aumento de 133 mil euros em vendas e prestações de serviços; diminuição de 93 mil euros em propinas e taxas; e aumento de 533 mil euros nos restantes proveitos, nomeadamente em resultado da execução de projetos.

O incremento da dotação do OE para fazer face ao crescimento de custos com pessoal, em consequência da reversão da redução remuneratória, e o novo quadro de apoio e financiamento de projetos foram os principais contribuintes para o aumento dos proveitos verificado em 2017.

As disponibilidades líquidas da Universidade da Madeira (saldos de gerência) evoluíram de forma negativa, reduzindo-se de 4,5 milhões de euros no final de 2016 para 3,4 milhões de euros no final de 2017. Contribuíram negativamente para a evolução dos saldos de gerência sobretudo as quedas das receitas de propinas, de projetos financiados pela FCT e de outros programas de financiamento, bem como o aumento da despesa com pessoal e outras aquisições de bens e serviços. Há a realçar que parte do diferencial verificado se deve não só ao investimento em novos projetos ganhos pela instituição, mas também ao facto de ainda não ter ocorrido,

relativamente ao período em causa, o reembolso da execução de projetos. Espera-se, todavia, que o retorno daquele investimento compense a referida redução do saldo.

O resultado líquido do exercício em 2017 é menos negativo do que os dos anos de 2015 e de 2016. No entanto, é necessário continuar num processo que reverta o resultado para níveis de desempenho mais adequados. Apesar de a Universidade da Madeira dispor de saldos de gerência acumulados, que são suficientes para acomodar estes défices de gerência, a atual situação financeira exige que se envidem esforços adicionais para reequilibrar os saldos, através da redução de despesas e, fundamentalmente, do aumento das receitas.

Para assegurar a viabilidade da Universidade da Madeira, é fundamental manter a tendência de crescimento dos proveitos. Saliente-se, como foi referido no Relatório de Gestão de 2016, que a alteração da política de financiamento de despesa com equipamento, em projetos cofinanciados pela União Europeia, tenderá a degradar os resultados financeiros dos projetos de investigação, uma vez que a nova metodologia de financiamento da maioria dos programas de financiamento resultará, na prática, numa mais elevada taxa de comparticipação da UMa no financiamento de projetos de investigação, colocando, dessa forma, pressão acrescida sobre as contas da Universidade.

Não obstante as medidas adotadas pela Universidade, considerando o atual enquadramento financeiro e o objetivo de assegurar o salutar desenvolvimento da Instituição, fundamental para a Região onde se insere, o Conselho de Gestão continua a solicitar à Tutela para que seja efetuada uma discriminação positiva para as universidades do interior e das Regiões Autónomas, que, pela sua localização, têm maiores dificuldades de atração de alunos, não conseguindo obter ganhos de escala idênticos aos das restantes instituições de ensino superior (apoio, de algum modo, previsto no "Contrato entre o Governo e as Universidades Públicas Portuguesas no âmbito do compromisso com a ciência e o conhecimento").

O Conselho de Gestão solicita ainda à Tutela que sejam efetuadas as diligências necessárias no sentido de garantir a equidade de acesso aos vários programas de financiamento no âmbito do Portugal 2020 por parte de todas as instituições de ensino superior.

Da parte da Universidade da Madeira e dos seus funcionários docentes e não docentes, continuaremos a trabalhar para o aumento da oferta formativa, para o crescimento do número de alunos, e para o aumento das receitas de projetos e prestações de serviço.

O Conselho de Gestão

Em 11 de junho de 2018